



## DESTAQUE RURAL Nº 73

08 de Outubro de 2019

### **SECTOR FAMILIAR DA AGRICULTURA (3,9 MILHÕES DE FAMÍLIAS): CADA VEZ MAIS POBRES E MARGINALIZADOS. RAZÕES ECONÓMICAS, INSTITUCIONAIS, IDEOLÓGICAS E POLÍTICAS E INTERESSES EXTERNOS**

João Mosca

A agricultura de pequenas explorações (sector familiar/camponeses) representa 99% das explorações agrícolas do país. Estes produzem todo o algodão, amendoim, batata-doce, caju, feijões, mandioca, mapira, milho, tabaco, entre outras culturas alimentares e de rendimento. Os médios e grandes produtores produzem açúcar, soja, arroz (uma parte), batata-reno, cebola, hortícolas. Os produtos pecuários não são referidos neste texto.

Sobre estes produtores, o único que se pode ler nos documentos oficiais do Governo e dos ministérios de tutela, é o que designa por "agricultores emergentes", isto é, a transformação de pequenos em médios produtores, sobretudo pela ampliação das áreas por introdução de máquinas e o chamado pequeno "agricultor comercial", referindo-se, sobretudo, aos produtores que produzem sob contrato (*out growers*), como são os casos dos produtores de algodão, tabaco, gergelim e feijão bóer e, em menor mas crescente escala, a cana-de-açúcar.

Com excepção da alta Zambézia e zonas contíguas da província de Nampula, Norte de Tete (sobretudo relacionados com a produção de algodão, cana-de-açúcar, hortícolas e soja), o fenómeno designado por agricultores emergentes não acontece. Os médios agricultores, cerca de 1,3% do total das explorações e 2,3% da área agricultada<sup>1</sup>, são antigos agricultores do período final da colonização e elites locais que, sendo técnicos e dirigentes das antigas empresas estatais, se transformaram em privados; existem ainda os que, beneficiando de créditos e de outros benefícios, têm a actividade agrária como um complemento da actividade principal, geralmente funcionários públicos e pessoas ligadas ao sistema do poder<sup>2</sup>.

A área média cultivada pelos pequenos produtores, segundo as Estatísticas Agrárias do MASA (2015), era de 1,1 hectares. Este mesmo indicador relativo ao ano de 2005 era de 1,5 hectares<sup>3</sup>. Verifica-se portanto, uma redução da área média agricultada pelo pequeno produtor. A produtividade, com excepção do milho e da mandioca e feijão bóer nos últimos anos, tem mantido ou diminuído nas últimas décadas. Estudos do MASA indicam perdas de fertilidade dos solos, o que é agravado por elevada redução da cobertura florestal. Os incrementos de produção dos bens essenciais alimentares são, basicamente, devidos ao aumento do número de parcelas (2,6 milhões de hectares em 1961 e cerca de 4 milhões em 2015<sup>4</sup>), em consequência do crescimento demográfico. Ainda com excepção do milho e da mandioca, a oferta de outros de bens alimentares "básicos" (arroz, feijões e amendoim) de produção nacional por habitante,

---

<sup>1</sup> Censo Agro-Pecuário de 2009.

<sup>2</sup> Feijó, João e Dadá, Yasser (2018), *Médios produtores comerciais no corredor da Beira: dimensão do fenómeno e caracterização social*. Observador Rural Nº 68. Observatório do Meio Rural. <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-68.pdf>

<sup>3</sup> Mosca, João (2017), *Agricultura, diversificação e transformação estrutural da economia*. Observador Rural Nº 47. Observatório do Meio Rural. <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/Observador-Rural-47.pdf>

<sup>4</sup> Estatísticas Agrárias de 2015.

entre 1961 e 2017, decresceu variavelmente em cada um dos bens alimentares<sup>5</sup>. A produção nacional satisfazia as necessidades alimentares, segundo a dieta definida pelo Ministério da Saúde, em 73% em arroz, 38% em milho, 44% em feijões e 73% em amendoim.

O mesmo não acontece nas culturas considerados como *commodities*. As produtividades do açúcar, do algodão e do tabaco aumentaram com base, sobretudo, no incremento na utilização de insumos, assistência técnica e segurança de venda da produção sob contrato com as empresas exportadoras. Estes bens sofrem uma primeira transformação, para facilitar a exportação (por exemplo, o desfibrado do algodão, o açúcar castanho sem refinação e a secagem do tabaco), isto é, para apenas poder exportar a matéria-prima para as indústrias de outros países. As culturas de tomate, cebola e outras hortícolas, realizadas maioritariamente por médios produtores, geralmente utilizam sistemas de rega e usam sementes, fertilizantes, pesticidas e possuem fácil acesso aos mercados e crédito, também tiveram incrementos de produtividade

Além do decréscimo das áreas médias do sector familiar, da perda dos solos e das variações climáticas, cada vez mais frequentes e de maior amplitude, as políticas têm contribuído para o deficiente desempenho da agricultura e, em particular, das produções realizadas pelos camponeses. Os dados a seguir não deixam qualquer dúvida sobre a secundarização da agricultura e, em particular, dos camponeses. Em 2015, 5% do total dos produtores utilizavam fertilizantes, 0,6%<sup>6\*</sup> tinham acesso ao crédito, 4,3% dos agricultores tiveram, pelo menos, uma visita de um extensionista em um ano (2015). Quanto à utilização de sementes, 7,4% dos agricultores utilizaram sementes melhoradas, 3,7% de arroz, 3,6 de amendoim e 11,7% de feijão vulgar.

As políticas públicas beneficiam os médios e grandes agricultores. Os subsídios de gasóleo e as tarifas de água abaixo dos preços de mercado beneficiam menos de 0,5% dos produtores, todos eles de dimensão média e grande. As tarifas aduaneiras baixas na importação de equipamentos e insumos (na maior parte dos casos de 5%), beneficiam os utilizadores desses insumos que são, igualmente, os médios e grandes agricultores. O crédito a taxas de juro subsidiadas através de "linhas de crédito especiais" ou do Fundo de Fomento Agrário (FFA) beneficiam o mesmo tipo de produtores.

A política da transformação dos pequenos produtores em "emergentes" ou comerciais, sobretudo com base na contratação para a produção de *commodities*, tem uma abrangência limitada, tanto em termos de número de produtores, como de cobertura espacial. As 3,9 milhões de parcelas, correspondentes sensivelmente ao número de famílias que tem a agricultura como fonte principal de rendimento, mantêm-se excluídas. Não existem políticas específicas para o sector familiar ou, se existem, não são suficientemente abrangentes e eficazes. Os indicadores acima referidos evidenciam esta afirmação.

As políticas específicas para o sector familiar exigiriam recursos muito superiores aos orçamentados. Os valores orçamentados para o MASA e MITADER foram, em média, entre 2005 e 2019, de cerca de 6% do orçamento do Estado e 1% do PIB nacional. Estes escassos recursos, reforçam a pouca capacidade institucional para os órgãos dos ministérios de tutela realizarem as suas funções de Estado, como, por exemplo, a sanidade animal e vegetal, a investigação agrária, a extensão agrária, a construção e manutenção de infra-estruturas produtivas, a resiliência contra as calamidades naturais, a existência de estatística acessível (aberta ao público na internet) e para a implementação de políticas agrárias eficazes, eficientes,

---

<sup>5</sup>Nova, Yara (2018), *Agricultura: produz-se o que não se consome e importa-se o que se consome*. Destaque Rural, Nº 62. Observatório do Meio Rural. <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/DR-62.pdf>

<sup>6</sup> Estima-se que cerca de 90% dos fertilizantes são utilizados somente nas culturas do tabaco e açúcar. O *Uso de fertilizantes químicos pelo sector familiar em Moçambique*, Todd Benson, Benedito Cunguara, e Tewodaj Mogues. Policy Note 5• JULY 2014, IFPRI, Mozambique Strategy Support Program.

de longo prazo (estáveis) e de acesso fácil aos pequenos produtores e políticas de preços e mercados. A baixa capacidade institucional é mais acentuada a nível local (provincial e distrital). Da alocação orçamentada para o sector de agricultura entre 2005 e 2019, entre 60 e 90% ficou no orçamento dos órgãos centrais das instituições de tutela.

Perante as realidades expostas, não é lógico que, embora a taxa da população pobre tenha baixado ligeiramente entre 1998 e 2014, o número de pobres, devido ao efeito demográfico, tem aumentado. Não é surpreendente que a pobreza nas zonas rurais sejam mais elevada que nas cidades, que as províncias de maior potencial agrícola (centro e norte do país) sejam as mais pobres e que as desigualdades sociais de agravem.

Por outro lado, os projectos da cooperação destinados à agricultura e ao desenvolvimento rural concentram-se na promoção de médios agricultores ou nos agricultores comerciais e para a produção de determinadas culturas (por exemplo, soja, caju, frutas e outras). Isto é, alguns parceiros internacionais (através de projectos, donativos) e o investimento externo (algodão, banana, tabaco, entre outras), promovem produtos de que necessitam exportar, utilizando sobretudo os modelos de subcontratação ou promoção de médios agricultores e agricultores comerciais. Não existem investimentos em produtos alimentares para abastecimento do mercado interno, excepto o açúcar (por força do acordo entre os investidores e o Governo de Moçambique) e da soja.

São os países desenvolvidos (Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, China, França e China), os maiores produtores e exportadores de produtos alimentares. A estes países, não interessa a emergência de novos países grandes exportadores de alimentos, impondo, inclusivamente, fortes barreiras alfandegárias. Seria, portanto, contra produtor e financiarem bens alimentares em outros possíveis países, tornando-se em potenciais países agrícolas competidores.

Porventura, por detrás das opções das políticas, existem razões ideológicas. A crença de que o camponês é incapaz de inovar e de se transformar por via das dinâmicas económicas e sociais, que é insensível aos sinais de mercado, o facto de o campesinato não ser, aparentemente, um actor político activo e não constituir uma das bases sociais da reprodução do poder e dos interesses económicos, a possibilidade de captura do voto a custos de campanha eleitoral muito baixos em consequência da pobreza e da falta de informação entre outras razões.

Em resumo pode-se afirmar: (1) existem evidências da secundarização do sector familiar, no contexto geral da não priorização efectiva da agricultura nas políticas governamentais; (2) escassos recursos internos do orçamento do Estado são alocados à agricultura com consequências sobre as capacidades institucionais para o exercício de algumas funções do Estado para a promoção da produção alimentar, com acentuada gravidade nos órgãos locais; (3) interesses externos relacionados com a exportação de *commodities* integradas em investimentos de agro-negócio internacional; (4) razões ideológicas que consideram os camponeses como agentes económicos pouco eficientes e actores não integrados no sistema de alianças do poder político e económico.

A redução da pobreza e das desigualdades, da insegurança alimentar e da resiliência às mudanças climáticas, pelo menos nos próximos bastantes anos, exige um desempenho mais efectivo da agricultura e dentro do sector, das produções alimentares para o mercado interno e da participação de 99% dos produtores agrários, que representam perto de 70% da população e cujos rendimentos dependem em cerca de 70% da agricultura. Esta é uma mensagem que o Observatório do Meio Rural vem enfatizando nos últimos anos e que todavia não foi acolhida com a devida importância pelos centros de decisão política.

Num dos próximos Destaque Rural são apresentadas algumas propostas para a promoção da produção alimentar com destino ao mercado interno e produzida essencialmente pelos camponeses.